

Avaliação em perspectiva: da concepção à ação

Mônica de Oliveira Pinheiro da Silva – Faculdade de Tecnologia de Sorocaba |
Sorocaba | SP | Brasil | E-mail: profmonica@gmail.com



PIMENTA, Maria Alzira; PIMENTA, Sônia de Almeida (Orgs.). **Avaliação em perspectiva**: da concepção à ação. Campinas: Alínea, 2014. 239p.

Esta obra, composta de oito capítulos, tem como eixo norteador a Avaliação da Aprendizagem, apresentando de forma ampla, cenários nos quais se apresenta dentro da escola. Assim, procura elucidar distintas maneiras de realizar, interpretar e, também, direcionar os resultados da avaliação, incidindo de forma direta na formação de professores.

O primeiro capítulo inicia com as concepções de professoras sobre avaliação e como essas influenciavam em suas práticas. As escolas nas quais as professoras atuavam eram de educação básica, sendo uma pública e uma privada. A técnica utilizada para coletar as concepções foi a entrevista. Sobre as respostas foi aplicada a técnica de análise de conteúdo. Posteriormente, o que era requisitado, nos instrumentos de avaliação que as professoras utilizavam com seus estudantes, foi relacionado com o que estava previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). A análise dos dados apontou para um descompasso entre o que as professoras pensam e o que praticam, bem como o que regem os PCN. As autoras observam o descompasso entre as concepções e as práticas acontecem em outras conjunturas educativas e chamam atenção para a necessidade de aproximação entre elas.

No universo da avaliação da aprendizagem em aulas de Educação Física (capítulo dois), o artigo apresenta uma análise crítica do cotidiano das escolas. A pesquisa apresenta um contexto histórico sobre a prática avaliativa na Educação Física, observando suas especificidades e mudança ao longo dos anos. A avaliação para os professores desta área é permeada de indagações, como também incertezas, se fazendo necessária uma base de conhecimentos que possam nortear, esclarecer e recolocá-la como parte importante no processo de ensino e aprendizagem. O caminho apontado pelas pesquisadoras é de uma prática avaliativa englobando, entre a comunidade escolar, fatos, conceitos, procedimentos e atitudes. Estes elementos a serem avaliados requerem do professor um aprimoramento e embasamento teórico para lhe respaldar ao enfrentar os desafios de uma

avaliação formativa, numa visão construtivista, na direção de redimensionar o sentido burocrático da nota.

Há três capítulos sobre Ensino Superior. Em relação às alternativas de se trabalhar com avaliação formativa, o Portfólio Digital (capítulo três) é apresentado como com um desafio, uma possibilidade. Partindo de cenários favoráveis a construção do conhecimento mediado pela avaliação contínua e efetiva, uma vez que estudante e professor agem e interagem nas diferentes etapas do processo. Em uma visão mais ampla, trabalhar com o Portfólio Digital permite, utilizando as tecnologias digitais, incorporar uma metodologia ativa de ensino com estratégias que estimulem ao máximo a comunicação e a interação entre estudante professor, estudante e estudante, bem como a autogestão das aprendizagens pelo estudante. A pesquisa conclui que o Portfólio Digital promover, de uma forma amplificada, as várias estâncias de uma avaliação dita formativa: a autoavaliação, coavaliação e heteroavaliação.

Ao se referir à Avaliação Institucional (quarto capítulo), a investigação apresentada se propõe aprofundar os elementos constituintes desta modalidade, a relação desta com a formação de professores, bem como os impactos resultantes das mudanças na Lei de Diretrizes e Bases (LDB). A pesquisa, com base na análise documental, observa o caráter regulador que as Avaliações Institucionais podem tender. De nada valem, em termos pedagógicos, as práticas avaliativas atingirem os patamares dos ranqueamentos, se a mentalidade pedagógica estiver voltada para os resultados, se distanciando da garantia da aprendizagem de forma concreta. Por outro lado, por meio da Avaliação Institucional, quando desprovida de interesses, seria possível a melhoria na qualidade da educação, pois poderia revelar falhas, ou melhor, pontos a melhorar, diferentes estratégias a serem estudadas e, por conseguinte, executadas.

Há também (quinto capítulo) um cenário no qual as Representações Sociais são utilizadas como um referencial metodológico. Assim sendo, as

Representações Sociais são utilizadas como objeto e o método de estudo. As autoras consideram a avaliação dos estudantes do Ensino Superior, em muitos casos, tendem para o mercantilismo, chamado por elas de “educação contábil”. Nesta, os resultados das avaliações servem somente à classificação. Em contrapartida, se configura num instrumento que exclui, estigmatiza o estudante e o desestimula. A pesquisa coletou, por meio de questionário e entrevistas, as Representações Sociais de estudantes (69 ao todo) de licenciatura de diferentes cursos, com histórico de reprovação. Utilizando a técnica da Associação Livre de Palavras em torno do termo indutor “avaliação da aprendizagem”, a investigação apontou que as palavras mais evocadas foram: prova, conhecimento, estudo e necessária. Conclui a pesquisa que embora necessária, os estudantes ainda associam a avaliação da aprendizagem com verificação. Há que se continuar investigando, com professores, e políticas públicas, não sendo o sucesso ou fracasso da avaliação, um problema apenas do estudante, mas de contextos mais amplos.

Em relação ao Estágio Supervisionado (capítulo seis), a avaliação foi investigada num curso de Graduação em Fisioterapia em uma instituição de ensino superior pública e outra privada. Foram aplicados questionários e entrevistas. Nas respostas, foi utilizada a análise de conteúdo, que apontou para a fragilidade do processo avaliativo nesses dois contextos. A visão dos supervisores de estágio e dos estagiários revela um descompasso, limitações e indefinições acerca dos critérios de avaliação. Por isso, o estudo apontou a urgente necessidade de revisão do Projeto Político Pedagógico, no tocante aos critérios norteadores da avaliação.

Uma modalidade de Avaliação em Larga Escala (capítulo sete) apresenta os fundamentos dessa modalidade de avaliação, especificamente no Brasil. Em virtude dos baixos índices de aproveitamento e altos índices de repetência, foram criados mecanismos para acompanhamento. A partir da evolução histórica, as autoras apresentam os fundamentos e sua

evolução desde 1990. O cenário apontado revela urgente necessidade de se mudar esta forma de classificar o rendimento escolar, para evitar mascaramentos. Tais mudanças envolvem escolas, direção, políticas públicas, como os países apresentados ao final da pesquisa, para que o fracasso seja dirimido.

O olhar das pesquisadoras se volta para a avaliação de forma comprometida, com pesquisas de campo, documental ou com abordagens voltadas para a prática. As pesquisas apresentadas convergem para a mesma máxima: há que se dissociar a avaliação do estreito mecanismo composto por: prova, nota, ranqueamento, categorização e exclusão.

Recomenda-se a leitura desta obra para todas as pessoas pertencentes ao vasto universo escolar, pois se atreve a tocar “no calo”, chamado avaliação, nas suas diferentes estâncias. A leitura faz-se oportuna uma vez que o livro se atreve aprofundar e apontar falhas na educação em esferas que perpassam professores, gestores escolares, responsáveis pelas políticas públicas, entre outros. Ao fecharmos este livro, após lê-lo, o sentimento que se tem é de que muito há que se fazer, começando por nós mesmos.